

# **A INTERFACE ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE CHÁCARAS PARA LAZER E A CONSTITUIÇÃO DO “NOVO RURAL BRASILEIRO”**

## **THE INTERFACE AMONG THE IMPLANTATION OF SMALL FARMS FOR LEISURE AND THE CONSTITUTION OF THE "NEW RURAL BRAZILIAN"**

**Jamile Ruthes Bernardes**

Mestranda na Universidade Estadual de Londrina no curso: Geografia, meio ambiente e desenvolvimento.  
jamilebernardes@yahoo.com.br

**Ideni Terezinha Antonello**

Professora Adjunta do curso de Geografia  
Universidade Estadual de Londrina.  
antonello@uel.br

### **Resumo**

O Brasil, a partir de 1950/60, passou por um processo intenso de modernização da agricultura, com a inserção na base técnica produtiva de insumos modernos, assim o processo produtivo ganhou autonomia frente ao trabalho humano e, ao mesmo tempo intensificou a área produzida e a produtividade obtida. Tal fato proporcionou mudanças profundas na base técnica produtiva agrícola, as quais desencadearam transformações na organização socioespacial no rural nacional, principalmente, na estrutura do mercado de trabalho rural, bem como nas ocupações e usos desse espaço. A presente investigação tem como foco central de estudo as chácaras para lazer, na tentativa de verificar a interface entre esse novo uso da terra rural e a constituição de um “novo rural brasileiro”, além das possibilidades para esse espaço como, unidade de lazer e potencialidade de oferta de emprego à população local. O recorte espacial da área, denominada Recanto Santa Andréa, é um loteamento de chácaras localizado na cidade de Cambé – PR. Para atingir o escopo da pesquisa utilizamos como procedimento metodológico à realização de trabalhos de campo via coleta de dados mediante entrevistas semi-estruturadas. Ressaltamos que realizamos um levantamento bibliográfico, o qual nos proporcionou embasamento teórico para prosseguirmos e efetivarmos nosso trabalho de investigação.

**Palavras-chave:** Espaço rural. Chácaras de lazer. “Novo rural brasileiro”.

### **Abstract**

Starting from 1950/60, Brazil went by an intense process of modernization of the agriculture, with the insert in the productive technical base of modern inputs, like this the productive process wins autonomy front the human work and, at the same time it intensifies the produced area and the obtained productivity. Such fact provided deep changes in the productive technical base agricultural, which unchained transformations in the organization rural space national, mainly, in the structure of the rural job market,

as well as in the occupations and uses of that space. This investigation has as central focus of study the small farms for leisure, in the attempt of verifying the interface between that new use of the rural earth and the constitution of a "new rural Brazilian", besides the possibilities as: unit of leisure and potentiality of job offer to the local population. The area denominated Recanto Santa Andréa is located division into lots of small farms in the city of Cambé - PR. To reach the mark of the research we used as methodological procedure to the accomplishment of field works through collection of data by semi-structured interviews. We emphasized, that we accomplished a bibliographical rising, which provided us theoretical for we continue and we execute our investigation work.

**Keywords:** Rural space. Farms for leisure . "New rural Brazilian".

## **Introdução**

O espaço rural brasileiro, antes da década de 50/60 do século XX, no período anterior à explosão das tecnologias que se disseminaram nas atividades agropecuárias, encontrava-se organizado de tal forma que essas atividades tinham como sustentáculo do processo produtivo a força de trabalho humana. Contudo, podemos ressaltar que, após 1970, o agro nacional entra em um novo patamar produtivo, pois passou por um intenso processo de reestruturação produtiva da agropecuária, possibilitando a formatação do que Elias (2002) identificou como o processo de integração de capitais (industriais, bancários, agrários entre outros), proporcionado aos produtores que já dispunham de capital ou que foram subsidiados pelo Governo Federal mediante ao crédito rural desde o início da modernização da agricultura, a fazerem, dos seus negócios, empreendimentos promissores, pois, ao inserir na base técnica produtiva o maquinário e insumo moderno, o processo produtivo ganhou autonomia frente o trabalho humano e, ao mesmo tempo intensificou a área produzida e a produtividade obtida. Tal fato, possibilitou mudanças profundas na base técnica produtiva agrícola, as quais desencadearam transformações na organização socioespacial no rural nacional, principalmente, na estrutura do mercado de trabalho rural. Nesse sentido, a territorialização do agronegócio no agro nacional pauta-se na reestruturação da base técnica produtiva, a qual ganha força com as revoluções da informática e da biotecnologia. Essas se materializam com o aumento do capital morto, resultando na redução do trabalho humano agrícola, pois a biotecnologia e a tecnologia da informática

caminham juntas para promover a constituição de um novo processo de produção agrícola. Nesse movimento sobressai-se a diminuição contínua de postos de trabalhos agrícolas e ao mesmo tempo promove o surgimento de atividades não agrícolas, contudo em menor número.

Esse processo desenvolveu-se de forma seletiva, no sentido em que abarcou determinados grupos de produtores e de produtos, isto é, foram os médios e grandes proprietários latifundiários que conseguiram se apropriar dos subsídios governamentais para colocar em prática a modernização da produção direcionada para os produtos destinados à exportação, particularmente, a cultura da soja. Observamos que, nesse movimento de reorganização socioespacial que se materializa o “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), produto do consórcio entre os avanços tecnológicos e o capital. Cabe levar em consideração o desenvolvimento geograficamente desigual que marca a sua constituição e sua disseminação no espaço nacional. Com ressaltam Santos e Silveira:

O meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território. [...]. Representando cerca de 20% da área total cultivada no Brasil, 25% da produção de grãos e 43% do rebanho nacional, os cerrados aparecem como a mais produtiva das regiões brasileiras para a produção agropecuária capitalista. O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminuiu as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnoesfera e da nova racionalidade econômica. Já no Nordeste, o peso das heranças materiais e culturas é muito forte, agindo como freio e resistência. Assim, as novas técnicas e as novas formas de fazer apenas ocupam os interstícios de um trabalho vivo e de um trabalho morto próprios de épocas anteriores. (2001, p.104).

Percebemos que a configuração da reorganização do espaço rural foi comandada pelo desenvolvimento geograficamente desigual, o qual desencadeou a manutenção e o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e dos territórios regionais. Assim, Balsan (2006) coloca que as áreas onde predominam as atividades agropecuárias assentadas em produtos de alto valor de mercado encontram-se entre as mais modernizadas, enquanto as áreas de agricultura voltadas para produtos da cesta básica apresentam baixos índices de modernização.

A “chegada brutal da tecnoesfera” ocorre alicerçada na captação de mercados internacionais de produtos alimentares industrializados ou semi-industrializados. Pois se encontra diretamente relacionada à cristalização da indústria à montante e à jusante das atividades agropecuárias mediante territorialização dos CAIs (Complexos

Agroindustriais). Para Elias e Pequeno (2005), os CAI's constituem-se nos atores centrais da reestruturação produtiva incentivada por financiamentos e investimentos, tanto estatais como particulares, que atuam no agro nacional. Por conseguinte, diversas alterações no âmbito social, econômico e territorial foram responsáveis pela atual organização socioespacial rural. Dentre essas alterações pode-se considerar como as mais significativas o intenso êxodo rural, a alta taxa de urbanização, a especialização de culturas e a concentração fundiária (MARAFON, 1998).

No cenário de transformações profundas que atinge o rural e reverbera no urbano, faz emergir debates teóricos em torno das relações campo-cidade ou rural-urbano e afloram uma gama de propostas ancoradas em pressupostos teóricos- metodológicos diferentes na busca de apreender a complexidade que envolve essa relação na atualidade. Essa complexidade se apresenta como um desafio para os pesquisadores que têm como objeto de investigação o espaço rural, bem como o urbano, inseridos em um movimento de mudança que fomenta uma reorganização do espaço marcada pela transitoriedade, pois a produção e a reprodução deste não se apresentam de forma acabada e fixa, mas envoltas na mobilidade do capital e na sua espacialização efêmera. Tal processo consubstancia-se como uma “paisagem irrequieta” (SOJA,1993), pois é fruto de uma organização espacial que sofre da efemeridade do tempo presente com a “compreensão tempo-espaço” (HARVEY, 1992).

Observamos no debate sobre as relações rural-urbano e ou campo-cidade a defesa da desintegração do rural tradicional com a configuração de um novo rural mediante o processo de urbanização do espaço rural. Por outro lado, essa postura ocorre em defesa da relevância do rural. Desses dois focos irradiam várias interpretações da realidade do espaço rural na contemporaneidade, dentre elas destaca-se a tese de uma nova dinâmica da produção agropecuária marcada pela a urbanização do rural, na qual a concepção de rural não se encontra mais vinculada à atividade estritamente agrícola, pois a introdução da informática, da biotecnologia e da engenharia genética nas atividades agrícolas fomenta o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no campo. Essa postura é defendida por Graziano da Silva (1999) que considera que o processo de urbanização brasileiro se desloca para o espaço rural transformando-o. Essa transformação vincula-se diretamente à modernização da base técnica produtiva agrícola com os avanços

tecnológicos. O autor avalia que o “o novo rural” emerge a partir dos anos 1980 no Brasil pautado em três grupos de atividades, a saber:

1- Uma agropecuária moderna baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias (formação e sedimentação dos complexos agroindustriais).

2- O desenvolvimento de um conjunto de atividades não agrícolas, essas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços (jardinagem, pedreiro, caseiro entre outros).

3 - A disseminação de um conjunto de atividades agropecuárias destinadas a nichos de mercado com o a produção de rã, pássaros, avestruz entre outras, bem como a piscicultura, fruticultura, floricultura, horticulturas.

Nas palavras do autor “um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neorurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo)” (GRAZIANO DA SILVA,1999). Essa postura ancora-se na defesa de que a realidade do espaço rural nacional não pode ser considerada e trabalhada a partir das atividades agropecuárias e agroindustriais, mas devemos pensá-lo no bojo das novas funções e novas ocupações que se fazem presente.

Ressaltamos a hipótese do “renascimento rural” (“la renaissance rurale”) defendida por Kayser (1989) tendo como ponto de partida a realidade francesa, a qual encontra-se associada à tese de um repovoamento do rural vinculado à segunda residência, ou seja, seu argumento assenta-se no movimento populacional no sentido inverso ao fomentado pelo processo de urbanização, uma vez que está ocorrendo nos países de capitalismo avançado um repovoamento do espaço rural via atividades não agrícola (descentralização industrial), local de moradia para aposentados e de lazer.

A importância de se distinguir essa dinâmica socioeconômica e territorial encontra-se nas discussões em relação à atuação do poder Estatal. É necessário o reconhecimento da “la multifonctionnalité de l’agriculture” para se repensar o espaço rural, principalmente tendo em mente as políticas públicas para o setor, pois como coloca Mundler (2007, p.1) “Si la multifonctionnalité suscite tant d’intérêt, c’est parce qu’elle offre, à ceux qui l’espèrent, la perspective d’un changement radical dans la façon dont l’agriculture est orientée par les politiques publiques”.

A preocupação do autor é pensar o espaço rural em um contexto amplo que envolva todos os atores sociais presente nesse espaço, ou seja, não se limitar em ver as

explorações rurais como unidades fechadas de produção agrícolas (“monofunctionnel”), mas que as mesmas, a partir das políticas públicas, podem se abrir para outras atividades como o turismo e a venda de produtos locais. Uma vez que Mundler (2007) argumenta que a “multifonctionnalité” vincula-se as demandas sociais, essas direcionadas pelas práticas sociais que podem assumir um papel significativo no desenvolvimento rural. Por conseguinte, o autor afirma: “De ce point de vue, la multifonctionnalité est l’occasion d’un renouvellement des conditions de dialogue entre agriculteurs et autres usagers de l’espace rural” (MUNDLER, 2007, p.5).

Para Mundler (2007) as relações campo-cidade ganham o significado de interconexão o que não permite falar do espaço urbano e rural como dicotômicos, e sim em uma unidade dialética, particularmente que começa a ganhar a força à presença de atores sociais no espaço rural não vinculado estritamente à agricultura. Nessa mescla de atores sociais o autor coloca a necessidade de um diálogo entre os agricultores e os demais atores sociais que fazem o espaço rural contemporâneo francês. Tal fato pode ser visualizado no estudo de Dollé (2004) sobre o espaço rural francês, o qual identificou o crescimento do setor de serviços fruto do processo de terceirização da economia rural, a mesma gera empregos nesse espaço não ligados diretamente a atividades agrícolas.

Salientamos um outro estudo que respalda as análises acima, particularmente podemos dizer que vem corroborar a hipótese de Kayser (1989) sobre o repovoamento do espaço rural francês, tendo em vista que a pesquisa coloca que em determinadas áreas à função residencial apresenta-se como dominante, nas quais a média de empregos agrícolas é 2%, enquanto que 40% da população trabalha em outros lugares e em outras atividades (DATAR, 2004). Cabe ressaltar que a investigação diagnosticou quatro funções no espaço rural, a saber: a função recreativa/ turística, a residencial, a de preservação da natureza e a produtiva.

A interpretação de Veiga (2004) em relação dinâmica socioespacial nos países de capitalismo avançado considera que o progresso da urbanidade gera o “nascimento” de outra ruralidade, já que o autor realiza uma crítica as teses de Kayser (1989) e de Lefebvre (1970) ao avaliar que o processo que está se desencadeando não é um “renascimento rural”, mas um fenômeno inteiramente novo tendo em vista que:

Na atual processo de globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao

mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: *o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo.*(VEIGA, 2004, p.55, grifo do autor).

Veiga ao se referir à hipótese da completa urbanização (desaparecimento do ruralidade) defendida por Lefebvre (1970), considera que a mesma não se concretizou. Assim, a partir da contraposição das teses de Kayser e Lefebvre, Veiga defende que “[...] a ‘revolução do espaço’ que engendra a ‘sociedade urbana’ (ou pós-industrial) tende a *revigorar* a ruralidade, mas mediante *mutação, e não ‘renascimento’*” (2004, p.55, grifo do autor). Inclusive o autor utiliza-se da análise que considera que a cidade e o campo se entrelaçaram com a troca de alianças, ou seja, se casaram; o que proporciona o nascimento de novas relações campo-cidade.

Destacamos os estudos realizados sobre a realidade dos países de capitalismo avançado com o intuito de apresentar a relação estrita entre o movimento de reorganização espacial fruto do processo de modernização das atividades agropecuária e, conseqüentemente urbanização, que fomenta análises dos pesquisadores globalmente para compreender a direção ou o “futuro” das relações campo-cidade, particularmente que a mundialização do capital é uma realidade.

Observamos uma linha de pensamento contrária à defesa da constituição de um novo rural brasileiro. Essa linha de pensamento considera que as estratégias de sobrevivência dos produtores familiares, como por exemplo às atividades não agrícolas, não são novas, mas sempre estiveram presentes na realidade dos produtores rurais, as quais se mantêm na atualidade, pois se cristalizam nas novas ocupações não-agrícolas. Por conseguinte, se constituem em uma recriação de antigos mecanismos de sobrevivência dos produtores. Enquadra-se nessa perspectiva a interpretação de Alentejano (2003) que, escreve sobre as relações campo-cidade no Brasil no século XXI, percebe as mudanças que marcaram o espaço rural, mas defende que o rural mesmo com outro significado se faz presente na terra. Dessa maneira a terra constitui-se como elemento fundamental do espaço rural.

O autor também afirma que o ponto central da particularidade do rural em relação ao urbano encontra-se nas “dimensões econômica, social com a terra” (ALENTEJANO, 2003,p.29). Todavia, o autor alerta que não está defendendo uma relação específica entre o homem e a terra, apenas que a dinâmica urbana não se vincula diretamente a

terra, enquanto que o rural encontra-se intrinsecamente relacionado a ela. Nas palavras de Alentejano:

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida. (2003, p. 29).

Percebemos que a premissa do autor assenta-se na particularidade que marca as realidades urbana e rural. No entanto, pondera que para apreender o rural e o urbano de forma ampla se torna necessário levar em consideração a “intensidade da territorialidade”, no sentido de que o urbano apresenta relações globais mais “descoladas do território”, enquanto que rural se fundamenta em uma territorialidade mais intensa (ALENTEJANO,2003). Assim, ele conjectura que para se falar de um “novo mundo rural” cabe extrapolar a visão dicotômica do rural-urbano. E, principalmente, se funda na construção de uma territorialização de serviços e atividades urbanos no espaço rural. Entretanto, o cerne do desafio para se atingir esse “novo mundo rural” encontra-se na realização da reforma agrária, pois permitiria a “[...] construção de uma nova sociedade pautada pela solidariedade, a cooperação e o bem estar coletivo. Enfim, seja a base para a revalorização democrática do rural brasileiro” (ALENTEJANO,2003, p.39).

No bojo das discussões sobre as relações campo-cidade Biazzo (2007) realiza um ensaio interpretativo, no qual apresenta uma análise a partir de vários autores e se dedica a elucidar a diferença no uso das categorias rural e urbano com o intuito de definir-lhe um sentido. Dessa forma, destacamos a perspectiva que o autor apresenta ao considerar que campo e cidade se apresentam como formas, e ruralidades e urbanidades se constituem em conteúdos fruto de construções sociais. Assim,

Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social. (BIAZZO, 2007, p.17).

Nesse sentido, as ruralidades e urbanidades se fazem presentes de forma imbricadas em diferentes escalas (micro, meso ou macro região), particularmente se



combinam nas práticas sociais, portanto o autor argumenta a tese de abandonar a amarração entre espaço rural ou espaço urbano em prol das categorias ruralidades e urbanidades, uma vez que acredita que as respectivas categorias assumem conteúdo analítico, pois estão imbuídas de identidades sociais (BIAZZO, 2007).

Observamos, a partir da reflexão teórica sobre os debates em torno das relações campo-cidade realizada acima, que os pesquisadores buscam interpretações teóricas para se compreender a complexidade que se apresenta às relações campo-cidade na atualidade. Dessa forma, consideramos que não é mais possível analisar o espaço rural apenas pautado no agrícola, no momento que se desenvolve um conjunto de atividades não voltadas simplesmente para o agropecuário, como a prestação de serviços, envolto em ocupações como, por exemplo, o turismo rural ou ecológico, comércio e indústria, no caso do nosso objeto de estudo os serviços domésticos presentes nas chácaras de lazer, ou seja, é necessário se pensar nos atores sociais diferenciados que se encontram no espaço rural atualmente. É interessante salientarmos que muitas pessoas utilizam-se dos novos usos do solo nas áreas rurais, mas não percebem o processo de transformação que o alterou, o qual recriou e criou um espaço visando uma finalidade diferenciada da produção agropecuária, ou seja, as pessoas que usufruem dessa reorganização espacial não possuem consciência da sua forma anterior.

Nesse sentido, destacamos que a proposta teórica na qual se alicerça a presente pesquisa pauta-se na visão da reorganização socioespacial e diz respeito ao que está sendo designado de “Novo Rural Brasileiro”, e que se constitui em atividades como: ecoturismo, chácaras para lazer, loteamentos residenciais, restaurantes ecológicos, entre muitas outras atividades (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Essas atividades imprimem um novo sentido ao espaço rural, particularmente aos atores sociais envolvidos nesse processo.

Podemos dizer que, atualmente, o rural tornou-se flexível, abrigando tanto atividades não agrícolas como se dedicando às atividades agropecuárias. No momento em que as atividades não agrícolas são desencadeadas no espaço rural, ocorre um interesse por elas, não somente por parte de participantes de atividade de lazer, mas também de agentes que farão, desse espaço, um instrumento de utilidade pública. Esse termo é empregado não no sentido de que a propriedade será do Estado, mas quer dizer, que, onde o Governo vê possibilidades de obter recurso, investe, nem sempre em infra-

estrutura, como gostaríamos, mas em mudanças de legislação para beneficiar-se por meio da cobrança de impostos, como IPTU, por exemplo. Esse ponto será abordado em nosso estudo, no intuito de mostrarmos as várias interfaces do “novo rural brasileiro”.

A presente investigação tem como foco central de estudo as chácaras para lazer, na tentativa de verificar possíveis possibilidades apresentadas por essa forma de ocupação do espaço para os problemas ambientais, visando analisar suas vantagens como: unidade de lazer; potencialidade de oferta de emprego à população local e como unidade de produção voltada a produtos da fruticultura e horticultura. Esse último ponto pode se constituir em um mecanismo no processo de preservação ambiental. Destacamos que o objeto central do estudo, as chácaras de lazer, tem como recorte espacial a área denominada Recanto Santa Andréa, loteamento de chácaras localizado no município de Cambé – PR. Este loteamento é composto por 95 chácaras, as quais são voltadas para fins de segunda moradia e lazer. Essa área, antes localizada no espaço rural, pois é fruto de uma única propriedade agrícola, adquiriu uma nova classificação, segundo a legislação do município de Cambé, passando a ser considerada urbana, com a implantação do loteamento, fato ocorrido no ano de 1980. Para atingir o objetivo da pesquisa utilizamos como procedimento metodológico a realização de trabalhos de campo via coleta de dados mediante entrevistas semi-estruturadas, pois, estas possibilitaram registrar observações qualitativas sobre a paisagem e o perfil dos entrevistados, favorecendo uma complementação dos dados secundários (estatísticos). Ressaltamos, que realizamos um levantamento bibliográfico, o qual nos proporcionou embasamento teórico para prosseguirmos e efetivarmos nosso trabalho de investigação.

Este artigo apresenta uma introdução, na qual se voltou para uma reflexão sobre os debates em torno das relações campo-cidade com escopo de deixar clara a postura teórica que norteou a presente investigação. Após essa reflexão voltamos à análise para a discussão sobre as chácaras para lazer como um componente do novo uso do espaço rural brasileiro. A partir dessa análise trabalharemos os aspectos gerais do município de Cambé, com o intuito de adentrar no recorte espacial da nossa pesquisa, o Recanto Santa Andréa, no qual apresentaremos a análise dos dados obtidos na investigação empírica com o objetivo de explanar a organização socioespacial da área em foco.

### **Chácaras para lazer: um componente do “novo rural brasileiro”**

As questões relacionadas a estrutura fundiária no Brasil ainda hoje são foco de discussões e debates. No sentido de que ouvimos falar em reforma agrária, modernização do espaço rural, êxodo dos trabalhadores do campo para as cidades, falta de estrutura no campo e percebemos que nada foi realmente resolvido, ou seja, na falta de soluções por parte do Governo, alguns agricultores buscam novas formas de superar as dificuldades. Muitos lugares já apresentam uma estrutura mais bem organizada, como é caso das cooperativas, onde, num trabalho integrado, os cooperados buscam uma melhor produção, num sistema de agricultura familiar. Destacamos que nessa pesquisa compreendemos a agricultura familiar como “o resultado do trabalho de um grupo de pessoas unidas por laços de sangue na busca de manter sua existência” (ANTONELLO, 2001, p.39). Esse sistema familiar desenvolve varias produções como: apicultura, floricultura, horticultura, sericicultura, pecuária leiteira entre outras, como forma de atividade principal ou complemento de renda na tentativa de garantir a compra de sua produção pelas cooperativas por um preço negociável.

Em contrapartida, sabemos que, em muitos lugares, o espaço rural continua sendo motivo de conflitos, como é o caso das lutas dos sem-terra pela reforma agrária, ou mesmo dos que já possuem sua terra, mas que passam por dificuldades, como falta de incentivos para desenvolver suas lavouras, problemas com acidez no solo, a falta de irrigação, entre outras.

É pertinente ter essa visão de conjunto do espaço rural brasileiro, para que se possa analisar como a modernização, no sentido da tecnologia implantada no campo e do desenvolvimento de novas atividades estão fazendo deste espaço rural o que se denomina, segundo Graziano da Silva (1999) o “Novo Rural Brasileiro”.

A procura por atividades ligadas ao turismo, às questões ecológicas, segunda residência e ao lazer, multiplicam espaços destinados às chamadas chácaras de lazer, desencadeando uma crescente valorização da terra. Tal fato se vincula à busca de alívio do estresse das atividades diárias pela população que reside nas cidades, que tem procurado lugares disponíveis para lazer. Nesse sentido, auxiliam no processo de mudança do rural “tradicional”, que era caracterizado por desenvolver atividades

eminentemente agrícolas passando então a esse “novo rural”, ou seja, um espaço que assume novas finalidades e funções.

Existem, ainda, outras modalidades que estão fazendo do espaço rural instrumento passível de grande valorização como é o caso da procura, por indústrias, de terrenos localizados próximos de suas fontes de matéria-prima no intuito de diminuir seus custos e ainda fugir dos congestionamentos e da poluição das cidades. Citamos esse fato somente para deixar claro que outras atividades também estão modificando o rural brasileiro, mas o tema central deste estudo serão as chácaras de lazer.

Podemos considerar que essas mudanças socioespaciais estão refletindo em outras atividades, como por exemplo, no próprio trabalho das pessoas que estão residindo no espaço rural atualmente. Pois o avanço nos meios de transporte permite que as pessoas desloquem-se com mais facilidade. Dessa forma, muitos trabalhadores que antes se dedicavam somente às atividades agrícolas, passaram a procurar, nas cidades, uma fonte de renda para complementar seu orçamento. Nesse ponto sobressai-se a territorialização dos CAIs que promovem a materialização da tecnificação do território, pois:

Nas áreas onde hoje a produção agropecuária se dá com importante participação da ciência, da tecnologia e da informação, a paisagem bucólica muito frequentemente associada à vida no campo não é mais do que mera lembrança, pois o meio natural e o meio técnico vêm sendo rapidamente substituídos pelo “meio técnico-científico-informacional”. (ELIAS, 2002, p.25).

Geralmente, esses empregos são buscados por membros da família, que passam a constituir um grupo denominado de trabalhadores não-agrícolas que residem em propriedades rurais. Portanto, proporcionam uma renda não-agrícola para a manutenção do grupo familiar na unidade de produção agrícola, ou, em determinados casos, na propriedade rural, no sentido de que a principal renda não advém das atividades agropecuárias. Ocorre, ainda, a presença de trabalhadores sem-terra que trabalham, tanto na agricultura, como nas atividades oferecidas no espaço urbano, obtendo renda dupla e favorecendo seu orçamento. Essa renda dupla, tanto de trabalhos não-agrícolas como agrícolas viabilizam a sobrevivência desses trabalhadores.

Nesse contexto, consideramos que o termo o “Novo Rural Brasileiro”, particularmente em sua base teórica e metodológica proporciona apreender o processo de mudanças que está acontecendo na atualidade no espaço rural, principalmente nas áreas onde temos a territorialização do capital. O espaço rural mudou, é novo, no

sentido de que novas ocupações estão acontecendo neste meio e é a partir delas que daremos ênfase nas chácaras para lazer.

No caso do nosso recorte espacial de pesquisa as chácaras para lazer são pequenas e médias unidades de terra entre 2.500 m<sup>2</sup> a 2 hectares (20.000 m<sup>2</sup>), não podendo ultrapassar, portanto, o módulo rural (um módulo rural equivale a 12 hectares no município de Cambé - PR). Normalmente, os proprietários dessas chácaras são pessoas que moram nas cidades, pois, acreditam que, naquele espaço, terão um recanto para aliviar o estresse diário, aumentando assim sua qualidade de vida e a de sua família.

As atividades desenvolvidas nessas chácaras são as mais diversas, desde a horticultura, piscicultura, pequenas criações, até uso exclusivo como segunda moradia de seus donos ou ainda como locação das mesmas para usos festivos. Todavia, as atividades presentes nas chácaras de lazer, dependem da área onde as mesmas estão localizadas, já que ao se encontrarem no espaço urbano, não podem, manter ali, por exemplo, uma granja, fato que afetaria enormemente os vizinhos devido ao mau cheiro, entre outros incômodos.

Quando as propriedades estão localizadas no espaço rural, a situação mostra-se diferente. No espaço rural, as atividades a serem desenvolvidas têm uma amplitude maior, visto que a área é apropriada para tal. Dependendo do tamanho das chácaras, os proprietários constroem pesque-pagues ou mantêm pequenas culturas como flores, hortas, criam coelhos, aves, entre outras atividades, as quais se voltam para “nichos de mercado”, principalmente de produtos que não demandam grandes extensões de terra e ao mesmo tempo, são valorizados. Há aqueles que fazem da sua chácara um empreendimento, ao construir alguns chalés para locar para usos em finais de semana. Dessa forma, o proprietário consegue retirar, de sua propriedade, dinheiro para mantê-la, ou ainda, auferir lucro. Graziano da Silva e Vilarinho analisam este assunto do seguinte modo:

O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, contribuem para manter as áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e, muitas vezes, dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as “grandes culturas”, que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas nas periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso as terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, até mesmo assalariando antigos posseiros e moradores do local como “caseiros”, jardineiros e outras práticas de preservação e principalmente guarda do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários. (GRAZIANO DA SILVA; DALE. 2000, p. 43).

De acordo com os estudiosos citados acima, há um fator muito importante embutido nesse novo uso do rural. As chácaras, a partir do momento em que passam a existir, necessitam de mão-de-obra para que se mantenham bem estruturadas. Os caseiros podem ser considerados trabalhadores importantes neste meio, pois, quase sempre, necessita-se de ajuda para manter a limpeza e a segurança do lugar. Assim, essas pessoas são contratadas para morar nas propriedades mediante diversos acordos firmados com seus patrões como, por exemplo, ganharem uma cesta básica, um salário mínimo e a moradia, em troca dos seus serviços. Esses caseiros, algumas vezes, podem plantar em alguma parte das chácaras e extrair de lá complemento para sua alimentação. Existe ainda, a possibilidade de esses caseiros poderem manter suas esposas ou filhos durante um período nos afazeres da chácara, enquanto ele se dedica a outra atividade, que pode ser um emprego na cidade. Essas relações constituem-se uma abertura de obtenção de renda não agrícola no espaço rural.

A carência de empregos e de moradia na cidade faz com que, muitas vezes, pessoas dirijam-se para o espaço rural, na busca de alternativas de ocupação. As alternativas de postos de trabalho no espaço rural ocorrem principalmente pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas como: nas chácaras de lazer, pousadas, hotéis, restaurantes, locais que necessitam de mão-de-obra para conservação de jardins, piscinas, limpeza domiciliar, entre outras atividades. Esse redimensionamento das ocupações é verificado em nível nacional, pois,

No plano nacional, o avanço das atividades não-agrícolas no meio rural vem removendo o prévio predomínio exercido pelas atividades agrícolas quanto à geração de empregos, pois no binômio 1996-1997 o total de pessoas com empregos não-agrícolas perfaz, aproximadamente, 51% do total da categoria dos empregados com domicílio rural. (LAURENTI; GROSSI, 1999, p.48).

Ressaltamos que essa mudança de uso do solo vem se processando com a implantação das chácaras e trouxe algumas vantagens para o meio ambiente, pois a necessidade de um lugar com ar puro e belezas naturais é o principal atrativo desses espaços. Nesse sentido, podemos dizer que as novas funções que se fazem presente no espaço rural nacional proporcionam uma recuperação da flora e, dessa forma, contrapõe-se com a degradação ambiental colocada em marcha com o processo de modernização da agricultura brasileira, particularmente com a monocultura.

### Aspectos gerais do município de Cambé

Em primeiro lugar destacamos que o município de Cambé localiza-se na Mesorregião Norte Central Paranaense, a qual abrange uma área de 2.453.216 hectares, o que corresponde cerca de 12% do território estadual. Esta região faz fronteira, ao norte, com São Paulo, pelo rio Paranapanema, e possui como principais divisas o rio Tibagi, a leste, e o rio Ivaí, a oeste. É constituída por 79 municípios, dos quais se destacam Londrina e Maringá, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

O espaço rural do estado do Paraná, a partir da década de 70 do século XX, foi marcado pela introdução maciça, na agricultura, de avançadas tecnologias de cultivo, mediante a substituição da cultura cafeeira pela produção de *commodities* (a soja, trigo e milho) e ampliação das áreas de pastagens, e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão-de-obra. Desse modo, a região experimentou, rapidamente, um processo intenso de urbanização, estimulado particularmente pelo êxodo rural. Entre 1970 e 1980, a população rural da Mesorregião Norte Central decresceu a um ritmo expressivo. De modo que, de 1950 a 2000, a população rural caiu de 64% para apenas 18,8%. Em contrapartida, a população urbana cresceu de 36%, em 1950, para 81,2%, em 2000, o que acarretou alguns problemas nas cidades que foram planejadas, no ato de sua implantação, para acomodar parcelas menores de população. Esse fenômeno causou, além do avanço dos limites urbanos sobre a rural: desemprego, falta de saneamento básico em conjuntos habitacionais mal planejados ou mesmo em áreas invadidas pela população carente, dificuldades no acesso a serviços médico-hospitalares, entre outros.

Se voltarmos o olhar para a Mesorregião Norte-Central, perceberemos que, conforme dados apontados pelo IPARDES (2004), acompanhando o padrão médio do Estado, até 1970 mais de 90% dos municípios da Mesorregião registravam proporções superiores a 50% da população vivendo no espaço rural, índice reduzido em 2000, para 16,5% (29% no Estado). Por outro lado, em 2000, proporção idêntica de municípios (16,5%) do Norte Central apresentava mais de 90% da população no espaço urbano – enquanto que na totalidade do estado do Paraná essa proporção atingia apenas 9,3% –

e mais de 40% dos municípios da Mesorregião apresentavam, naquele ano, graus de urbanização entre 75% e 90%. Esse processo, além de ter provocado grande transformação na distribuição geográfica da população, causou intensos impactos na estrutura urbana e nas condições de gestão das cidades, que passaram a administrar um abrupto crescimento das demandas. Alguns dos municípios da Mesorregião situam-se, desde os anos 70, entre aqueles que vêm crescendo mais do que a média do Estado como: Londrina, Maringá, Cambé, Arapongas, Ibiporã, Paçandu e Sarandi, desde 1980.

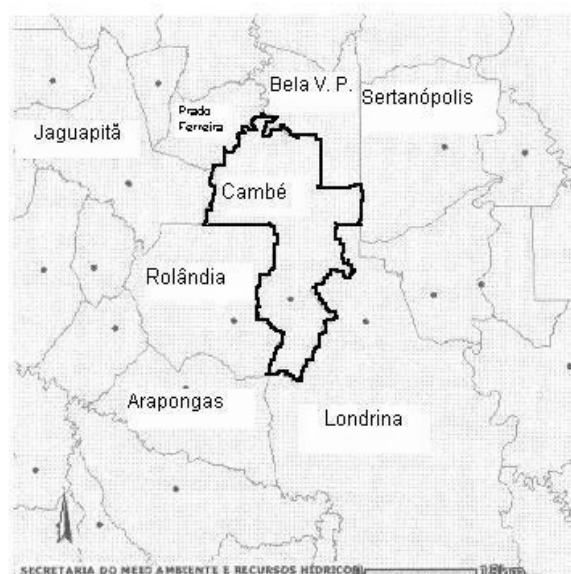
No caso específico de Cambé (Mapa 1) o mesmo compreende uma extensão de 495 Km, sendo que 25Km<sup>2</sup> compõem o espaço urbano e conta atualmente com uma população estimada de 88.186 habitantes (IBGE,2000). O município se mostra atualmente como uma cidade que se fortalece no ramo industrial, visto que alguns incentivos são oferecidos aos empresários para que tragam, para o município, suas indústrias. O comércio e a prestação de serviço, também estão presentes. Salientamos que o município de Cambé tem como atividade forte a agricultura, visto que o seu espaço rural é bem abastado, no sentido que as principais culturas são a soja, o café e milho, isto é, produtos próprios do agronegócio. Cabe salientarmos que os pontos fundamentais que caracterizam o agronegócio são: grandes estabelecimentos agropecuários, presença de tecnologia na base produtiva, utilização mínima de trabalho humano (GIRARDI; FERNANDES, 2005). Nesse sentido, percebemos a força de atuação do agronegócio no espaço rural norte paranaense mediante o deslocamento populacional sentido rural-urbano. Nesse contexto, o município de Cambé sofreu um dinamismo da reorganização espacial vinculado diretamente ao processo de reestruturação produtiva agropecuária e da indústria, pois esse processo conforme Elias e Pequeno (2005) difunde um novo modelo econômico de produção agropecuária, o qual eles denominam de “agricultura científica”. Nas palavras dos autores:

Dentre as características da *agricultura científica* está sua forte integração á economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços, construindo uma unidade dialética. As cidades próximas ás áreas de realização da *agricultura científica* tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recurso financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais (ELIAS;PEQUENO, 2005, p.15-16, grifo dos autores).

A partir da análise de Elias e Pequeno (2005) podemos afirmar que a cidade de Cambé assume o papel de “cidade do agronegócio”, no momento que as transformações



na organização socioespacial do município encontram-se diretamente vinculadas a territorialização do agronegócio.



Mapa 1 – Localização do Município de Cambé  
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2005.

Destacamos que como nossa área de estudo, o loteamento denominado Santa Andréa localiza-se na área urbana da cidade de Cambé, exporemos, a seguir a Tabela 1, para compreendermos como se efetivou a redistribuição da população rural e urbana entre 1970-2000 e para que se possa visualizar o que ocorreu no município durante estas três décadas fruto da sedimentação da reestruturação produtiva agropecuária. Nosso objetivo é entender o deslocamento da população da área rural para urbana durante esse recorte temporal para estabelecer uma correlação com a área de estudo.

Tabela 1 – Distribuição da População segundo a situação do domicílio Município de Cambé 1970 -2000

Município Cambé Ano	População Urbana Absoluta	%	População Rural absoluta	%	Total
1970	13.510	37,92	22.111	62,08	35.621
1980	44.814	83,19	9.054	16,81	53.868
1991 <sup>1</sup>	66.817	90,40	7.025	9,60	73.842
2000	81.942	92,92	6.244	7,08	88.186

Fonte: Anuário Estatístico Paraná 1978/1982. Censo Demográfico IBGE – 1991/2000.

Os dados demonstram claramente o êxodo rural que ocorreu no município de Cambé nos períodos assinalados acima, principalmente na década 70 para 80 do século passado. Houve uma inversão, e o que antes era eminentemente rural, tornou-se urbano. No início da década de oitenta, nossa área de estudo foi declarada como zona urbana, confirmando, mais uma vez, que, nessa época, o rural passou por transformações socioespaciais intensas.

Podemos dizer que o município de Cambé sofreu mudanças significativas em relação ao crescimento populacional ao ganhar, entre 1970 e 2000, 52.565 habitantes, os quais não são oriundos simplesmente do crescimento vegetativo populacional, mas se vinculam à própria dinâmica de desenvolvimento do norte do Paraná, particularmente ao processo de urbanização e “periferização induzida” comandado pela cidade de Londrina, vale salientarmos que o município de Cambé compõe a Região Metropolitana de Londrina. Nesse processo, insere-se a criação do Loteamento Recanto Santa Andréa (LRSA), nosso recorte espacial de estudo, bem como o avanço de conjuntos habitacionais destinados à população do município de Londrina, localizados nas áreas limites entre este município e Cambé. Dessa forma, o processo de “periferização induzida” pode aclarar a causa do crescimento da população urbana de Cambé, que, de um município predominantemente rural, na década de 70, quando possuía 62,08% da sua população no espaço rural, chegou, em 2000, com 92,92% da população localizada no espaço urbano.

Entretanto, neste ponto cabe realizarmos uma pequena discussão sobre os critérios de delimitação do espaço urbano e rural. Principalmente, em função das diferentes metodologias adotadas em cada país. Em muitos países, o critério utilizado para determinar se uma área é urbana ou rural diz respeito ao número de pessoas que residem no lugar analisado. Por exemplo, nos EUA é considerada “população rural a que não reside em aglomerado com mais de 10 mil habitantes ou nos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes, com densidade populacional inferior a 100 habitantes por milha quadrada” (WANDERLEY, 1994, apud GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 2000, p. 9).

Outro critério utilizado para delimitar áreas como urbana ou rural é o do peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura, como diz Abramovay (2000) sobre Israel, ou seja, nesse país são urbanas as localidades onde 2/3 dos chefes de

família exercem ocupações não-agrícolas. No Chile, além do patamar populacional (1.500 habitantes), a localidade rural deve ter menos de 50% de seus habitantes ocupados em atividades não agrícolas.

No Brasil o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística criou sua categoria de delimitação, segundo a localização geográfica definida pela legislação municipal vigente na data da coleta, portanto, são as leis dos municípios que demarcam o que é urbano e o que é rural. Nesse sentido, o IBGE salienta:

Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (1998, apud GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 2000, p. 10)

A delimitação do espaço rural e urbano envolve diretamente as prefeituras, as quais necessitam de renda para garantir que o orçamento mensal ou mesmo anual consiga manter seus compromissos com a população no caso do atendimento à saúde, educação, luz, asfalto, entre outros. Essa receita provém, principalmente, do IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) que é cobrado dos donos dos imóveis em área urbana e remetidos à prefeitura, enquanto que o ITR (Imposto Territorial Rural) é um imposto Federal. Portanto, é possível entender porque, muitas vezes, a prefeitura estende a faixa que compreende a área urbana para muitas áreas que deveriam constar como rurais, pois, visam, o aumento do recolhimento das taxas do IPTU para, assim, gerar mais receita.

Tal situação ocorreu na área de estudo, pois com a implantação do Loteamento Recanto Santa Andréa, a prefeitura efetivou a mudança do perímetro urbano do município de Cambé. Consideremos que se essa transformação, automaticamente, garantisse à população desses locais a implantação de infra-estrutura tal qual aos centros urbanos e saneamento básico, tal classificação teria significado para a população que passa a arcar com este imposto, mas não é isto que, de um modo geral, ocorre. Portanto, observamos que a discussão sobre a questão dos critérios sobre as delimitações deverá ficar mais clara para a população municipal para que seja possível a esta reivindicar seu direito em prol do bem-estar social.

### **Recorte espacial da pesquisa: Recanto Santa Andréa**

O histórico do loteamento foi feito mediante a técnica de pesquisa de memória-viva com o Sr. Odorício Onofre, o qual era proprietário da área onde hoje está localizado o loteamento de chácaras. Foi necessário trabalhar dessa forma por inexistirem dados em referência ao lugar tomado como recorte espacial de estudo. Salientamos que a propriedade anteriormente se dedicava à produção leiteira e de grãos, contudo em decorrência das fortes geadas que ocorreram na região na década de setenta, bem com a concorrência com uma grande empresa na área de pecuária leiteira, o Sr. Odorício Onofre, no início dos anos oitenta, trocou suas atividades pelo planejamento do loteamento seduzido em grande parte por um amigo do setor imobiliário. Todavia, ele pouco ganhou com isso em virtude de ter sido ludibriado por seu colega e os lotes terem sido vendidos a preços muito maiores que o que era de seu conhecimento. Atualmente, o loteamento está valorizado e um lote custa em torno de R\$ 70.000,00 sem nenhuma benfeitoria.

Destacamos que a presente análise pauta-se na pesquisa empírica realizada junto aos proprietários das chácaras para lazer e os caseiros e/ou jardineiros, funcionários que cooperavam na manutenção das mesmas, as entrevistas foram realizadas entre 10/05/2005 a 20/07/2005. Entrevistamos, no total 24 pessoas, sendo 14 proprietários de chácaras e 10 caseiros, os quais contribuíram enormemente com nosso estudo.

Com base nas respostas que obtivemos, conseguimos perceber certa homogeneidade entre as falas dos proprietários das chácaras, pois muitos deles são donos dos lotes há bastante tempo. Dos 14 proprietários entrevistados, apenas 2 adquiriram as chácaras a menos de 5 anos. Esse referencial é importante, pois, esse fato indica que os mesmos vivenciaram o processo de reorganização espacial da área de investigação. Assim, esses proprietários adquiriram as chácaras a partir da década de 90, do século XX.

Salientamos que o ponto valorização do espaço materializado nas chácaras foi ressaltado pelos proprietários, por exemplo, um dos entrevistados colocou que pagou por um lote de 5.000 m.<sup>2</sup> o valor de R\$ 14.000,00 sendo que o pagamento foi feito em 14 vezes de R\$ 1.000,00, isso ocorreu no ano de 1998. Esse proprietário é um empresário residente na cidade de Londrina, o qual utiliza sua chácara para lazer nos

finais de semana. Outro proprietário afirmou que comprou sua chácara, também de 5.000 m.<sup>2</sup>, no ano de 1998, num leilão, e pagou a quantia de R\$ 8.000,00 mais uma dívida de IPTU no valor de R\$ 1.200,00, ou seja, a chácara saiu por um valor de R\$ 9.200,00. Esse proprietário pode aproveitar-se da valorização ocorrida na área, pois em 1999 vendeu-a para um conhecido pelo valor de R\$ 35.000,00 após ter realizado como benfeitoria apenas muro ao redor do lote. Podemos observar a valorização do espaço dessa chácara em 79,19% do valor original, ocorrido durante o período de 1 ano no Recanto Santa Andréa. Nesse período, ainda não existia asfalto, como atualmente, em frente a essa chácara. Entretanto, esse ex-proprietário comprou-a novamente pelo valor de R\$ 38.000,00 e hoje construiu casa, piscina, pomar, entre outros, e disse que não a vende por menos de R\$ 200.000,00.

As outras entrevistas também nos proporcionaram uma visão da valorização crescente das terras do loteamento, apesar de saber que atualmente quem adquire um imóvel nesse loteamento já não faz um negócio tão bom como fizeram os proprietários mais antigos. Acreditamos que o Loteamento, assim que foi liberado para venda, não se mostrava como algo tão interessante como é hoje, pois foi nos anos de 1990 que se consolidou como estilo de vida, o afastamento da cidade para obter qualidade de vida, bem-estar e lazer.

O loteamento Recanto Santa Andréa, segundo o Sr. Odorício Onofre foi quase totalmente vendido para pessoas que residiam em Londrina, cerca de 70% dos proprietários eram londrinenses. Hoje, o que percebemos diante das entrevistas, é que a maioria dos entrevistados reside em Cambé. Podemos explicar este fato por existir hoje, no município de Londrina locais que podem ser adquiridos para fins de lazer, sendo desnecessário adquirir um lote em outro município. Esse fenômeno começa a disseminar-se, principalmente na década de noventa em diante, tendo em vista o aumento expressivo da procura de moradias ou chácaras para lazer em lugares retirados da cidade, que ofereçam paz e tranquilidade, a fim de aliviar tensões e os desgastes causados pelas atividades citadinas.

Os agentes imobiliários, percebendo essa necessidade, iniciaram uma estratégia de marketing para atrair cada vez mais compradores para esses lotes, tanto em condomínios fechados como em chácaras para lazer. Podemos considerar que esses empreendimentos imobiliários voltam-se para pessoas com poder econômico elevado,

os quais têm condições para poderem usufruir as potencialidades de lazer de uma segunda residência cristalizada nas chácaras.

Outra abordagem que fizemos foi em relação à utilidade das chácaras, se são usadas para lazer, moradia e ainda quanto aos investimentos e rendimentos que as mesmas proporcionam. Observamos que, para a grande maioria dos entrevistados, as chácaras são usadas para lazer ou segunda moradia. Somente dois entrevistados, comerciantes da cidade de Cambé, moram nas chácaras e esses nos disseram que o *“espaço é tão maravilhoso que não compensa morar na cidade, e relataram ainda que pelo valor do investimento o espaço precise ser mais bem aproveitado”* (Trabalho de campo, 2005).

A viabilidade econômica de manter as chácaras funcionando foi uma questão bastante importante, pois um dos nossos objetivos, nessa pesquisa, é analisar a viabilidade de se manter uma área, que traga ou não retorno financeiro, em boas condições. Todos os entrevistados disseram que a viabilidade deve ser vista de duas maneiras. Primeiro, para quem utiliza as chácaras somente para lazer, a situação é a de que o dinheiro gasto naquele empreendimento não traz retorno financeiro algum, mas, em contrapartida, alimenta a alma contra o estresse vivido no dia-a-dia. Outra situação é a de que algumas chácaras são utilizadas como área de recreação para locação, onde qualquer pessoa pode passar um dia ou até mesmo um final de semana, podendo aproveitar da infra-estrutura oferecida por valores que giram em torno de R\$ 250,00 ao dia. Nessa situação, os cinco proprietários que alugam as chácaras disseram que os custos para mantê-las são altos e o lucro é reduzido, contudo, ao mesmo tempo podem usufruir o lazer da área. Assim, temos no loteamento, entre as chácaras, cujos proprietários foram entrevistados, as seguintes situações: somente a utilizam para lazer, lazer e aluguel ou lazer e moradia.

O outro foco da pesquisa voltou-se para os trabalhadores presentes nas chácaras, os denominados caseiros. Esses profissionais têm como características principais, a prestação de serviços de jardinagem, limpeza de piscina, pequenos consertos, entre outras atividades. Para que seja possível essa prestação de serviço, esse profissional estabelece um acordo com o dono da chácara visando atender as duas partes envolvidas. Normalmente, o que se estabelece é a cessão de uma casa e de um espaço para cultivo de horta e frutas, além de energia elétrica para o caseiro e sua família. Algumas vezes é

estabelecido um salário que gira em torno de R\$ 250,00 a R\$ 300,00 (2005), mais uma cesta básica, mas isso depende do acordo estabelecido. Campanhola e Graziano da Silva (2004, p. 181) apontam no estudo realizado sobre os caseiros de Vinhedo-SP, que é possível constatar uma diversidade muito grande, em termos de salário, além das exigências dos patrões em relação às atividades que serão desenvolvidas pelos caseiros nas chácaras. Tal fato foi constatado na nossa investigação, no sentido que não ocorre uma homogeneidade nos acordos entre os caseiros e os proprietários das chácaras.

Dessa forma, com intuito de apreender a experiências e as condições de existências desses profissionais, entrevistamos 10 caseiros que prestam serviços no loteamento. Nossa primeira questão para os caseiros foi em referência à origem dos mesmos, tendo em vista o objetivo de saber de onde vieram e por quais motivos. Dos 10 entrevistados, 8 disseram ter vindo de cidades vizinhas de Cambé como: Jataizinho, Porecatu, Rolândia e Londrina. Ao entrevistarmos esses caseiros, que na verdade são 8 caseiros e 2 caseiras, percebemos que todos nasceram no espaço rural e que alguns moraram na cidade, sendo que as atividades que já exerceram foram: pedreiro, diarista, marceneiro e auxiliar geral. A dificuldade em conseguir um trabalho rentável existe devido à falta de capacitação, ou seja, essas pessoas freqüentaram poucas séries escolares, sendo que, apenas 2 conseguiram concluir o ensino fundamental. A opção por trabalharem como caseiros reflete o pensamento dos mesmos que disseram ser esta profissão um trabalho que não necessita de alta capacitação e, por isso, eles não procuram a escola novamente, alguns por falta de oportunidade. Sendo assim, os caseiros vêm nas chácaras, em que trabalham, a alternativa de manter o emprego estável, além, de ter como garantia a moradia para ele e sua família. Campanhola e Graziano (2004,p.180) confirmam essa visão quando apontam que

Ser caseiro pode ser considerado apenas uma atividade transitória para alguns, há um número significativo de entrevistados para os quais a profissão de caseiro é considerada alternativa mais viável de emprego e não existe muita perspectiva em abandoná-la.

Na ótica dos caseiros que entrevistamos, as atividades que exercem são muito importantes como um deles ressaltou: *“se não fosse nós, os patrão não teria a casa limpa, a piscina cuidada, a grama cortada. Eu acho que nosso trabalho é importante sim, mais até que o de doméstica que a mulher faz pra eles, porque lavar louça não*

*deixa um ambiente bonito como o jardim tando bem cuidado*”(Trabalho de campo, 2005).

A partir da pesquisa com os trabalhadores que encontram nas chácaras as suas ocupações, é possível constatar que a totalidade das famílias que sobrevivem dessa atividade corresponde ao conjunto de 60 pessoas, o que demonstra a importância da presença de novos usos da terra no espaço rural, ou, como no caso do nosso estudo, uma área de transição entre o centro urbano e o rural do município de Cambé. Ressaltamos que são exatamente nessas “novas ocupações” geradas no espaço rural que vários teóricos acreditam ser uma alternativa para se manter a população nesse espaço. Essa afirmativa pode ser observada num estudo realizado por Graziano da Silva e Grossi (2000, p.2) sobre o espaço rural brasileiro, ao colocarem que

[...] o que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias “strictu sensu”, mas sim as ocupações não-agrícolas. Cerca de um milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas de atividades não-agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1997.

Uma outra questão refere-se aos filhos pequenos que muitos caseiros possuem. Para as crianças, a prefeitura disponibiliza o transporte das mesmas até a escola. Além disso, a 500 metros do loteamento, existe um ponto de ônibus que faz a linha Brastislava-Cambé e que auxilia os pais e os filhos caso queiram fazer cursos ou tenham alguma atividade para desempenharem no centro da cidade. Um outro aspecto que levantamos durante as entrevistas foi sobre cursos gratuitos que existem no bairro ao lado do Recanto Santa Andréa. As atividades são de aeróbica e artesanato para mulheres.

Durante nosso estudo, percebemos que esse loteamento de chácaras possui várias relações, pois, além de opção para trabalho, são ambientes para descanso e reflexão. Assim, finalizamos a investigação com a constatação de termos atingindo o escopo da pesquisa ao realizar uma análise das relações sociais e espaciais que compõem o Loteamento Recanto Santa Andréa.

### **Considerações Finais**



O empenho que é posto diante de uma pesquisa faz com que o pesquisador sinta que está realizando um esforço para compreender o que lhe incomodou em algum momento em relação ao objeto de estudo proposto. Foi nessa perspectiva que trabalhamos, empenhando-nos ao máximo, para compreender as mudanças socioespaciais ocorridas no espaço rural que se transformou no Loteamento Recanto Santa Andréa e, automaticamente em espaço urbano pela prefeitura. Nesse contexto, acreditamos que as mudanças foram significativas, tanto ao ver dos caseiros, como dos proprietários das chácaras, em relação às mudanças na infra-estrutura geral do loteamento, bem como da valorização espacial da área.

Salientamos a importância da pesquisa com os caseiros, pois estes, na maioria das vezes nos trouxeram informações sobre a realidade do loteamento, no sentido que a vivência deles é diária naquele espaço, diferentemente dos proprietários que não residem nas chácaras. Para as pessoas que obtêm uma ocupação nas chácaras, no caso os caseiros, as mesmas representam uma alternativa de sobrevivência em atividades agrícolas e não-agrícolas, pois identificamos no loteamento Recanto Santa Andréa, que os caseiros tanto trabalham nas chácaras, como na cidade, os quais se constituem trabalhadores polivalentes, no sentido que assumem diferentes atividades tanto agrícolas como não agrícolas.

Quanto à satisfação, em relação ao empreendimento chácaras para lazer, os proprietários entrevistados salientaram que não existe “lugar melhor” para passar momentos agradáveis com seus amigos e familiares, mesmo que os custos sejam altos, além de outros fatores, como falta de segurança e ausência de infra-estrutura. Sendo assim, percebemos que mais que um lote, esse espaço criou referências pessoais com seus proprietários, e a partir disso, surgiu o vínculo e o sentimento de pertencimento em relação ao lugar.

Em relação ao setor imobiliário, podemos dizer que é um segmento que está em incessante procura por áreas que possam tornar-se objeto de consumo, ou seja, procura-se por terras afastadas dos centros urbanos, constrói-se uma infra-estrutura, a qual é capaz de atrair muitos compradores com a promessa de obter um espaço totalmente seguro, com muito verde, que auxilie no alívio das tensões diárias, entre outras. As pessoas, seduzidas pelo anúncio, acabam adquirindo esses lotes a fim de destinar-lhes ao lazer familiar.

Consideramos que as mudanças que o espaço rural brasileiro vem passando nas últimas décadas podem ser analisadas a partir da presença das chácaras para lazer, as quais são apenas uma categoria na interface das transformações socioespacial rural, mas muitas outras dão um novo tom ao rural, como o turismo rural, hotéis fazenda, pesque-pagues, entre outros, o que torna as relações campo-cidade mais complexas no sentido da presença de diferentes atores sociais nesse espaço. Dessa forma, cabe aos pesquisadores o desafio de estudá-la com um olhar que extrapole a dicotomia rural-urbano na busca abarcá-la na sua unidade dialética.

## Notas

---

<sup>1</sup> No ano de 1990 não foi realizado o Censo Demográfico no Brasil, por isso utilizamos os dados do ano de 1991

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: [s.n]. 2000.

ALENTEJANO, P. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, jul/dez., 2003.

ANTONELLO, I. T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristóvão, SE: NPGeo, UFS, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ 1978. Secretaria de Estado do Planejamento, Departamento Estadual de Estatística. Curitiba, 1979.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ 1980-81. Secretaria de Estado do Planejamento, Departamento Estadual de Estatística. Curitiba, 1982.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, vol 1, n. 2, p. 123-151, Agosto /2006. Disponível em: < [www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br)>. Acesso em: 10 de maio de 2007.

BIAZZO, P.P. CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, C.J.; PESSÔA, V.L.S. (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007. p.10-22.

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2004, v.7.

DATAR – Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action regionale. Une nouvelle politique pour le monde rural. **Dossier.** Disponível em: <[www.datar.gouv.fr](http://www.datar.gouv.fr)>. Acesso em: 24 fev. 2004.

DOLLÉ, M. (Coord.) **L alongue route vers l'euro: croissance, emploi, revenus, 1985-2000.** Disponível em: <[www.ladocumentationfrancaise.fr](http://www.ladocumentationfrancaise.fr)>. Acesso em: 10 fev. 2004.

ELIAS, D. Globalização e agricultura no Brasil. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n.12, p. 23-32, 2º semestre de 2002.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades sócioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia:AGB, Ano 21, v.2, n.25, p.13 – 33, jul-dez., 2005.

GIRARDI, E.P ; FERNANDES, B. M. **Territorialização da produção da soja no Brasil.** Disponível em: <[www.2prudente.unesp.br](http://www.2prudente.unesp.br)>. Acesso em: 31 out. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas:Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M.E.D. **A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/evolucaorendas.html>>. Acesso em: 28 nov. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M.E.D. **A distribuição da população rural brasileira economicamente ativa.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban25.html>>. Acesso em: 28 nov. 2000

GRAZIANO DA SILVA, J. ; VILARINHO, C; DALE, P.D. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A; FROEHLICH, J.M; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papyrus, 2000. p.30-50.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1992. IPARDES. LEITURAS REGIONAIS. In: **MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES.** IPARDES, 2004. CD-ROM.

KAYSER, B. **La renaissance rurale.** Paris:Armand Colin, 1989.

LAURENTI, A.C; GROSSI, M.E.D **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

MARAFON, G. J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n.3, p. 7-21, jun./1998.

MOREIRA, R. J. Configurações de poderes urbanos-rurais: Fragmentos de discursos e práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVIII., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro:UERJ/ Departamento de Geografia, 2006. 1 CD-ROM, p.1-23.

MUNDLER, P. **La multifonctionnalité de l’agriculture une nouvelle façon d’appréhender le role de l’agriculture dans l’espace rural?** Disponível em: <[www.http://publication.isara.fr](http://publication.isara.fr)>. Acesso em: 30 jun. 2007.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em: <<http://webgeo.pr.gov.br/website/gestao/viewer.htm>>. Acesso em: 18 maio 2005.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Jorge Editor, 1993.

VEIGA, J.E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.51, p.51-67, maio/ago. 2004.